



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública para apresentar e discutir a proposta de criação da “Unidade de Conservação de Proteção Integral – Monumento Natural da Pedra do Baú”, de responsabilidade da Fundação Florestal, realizada no dia 14 de outubro de 2010, na cidade de São Bento de Sapucaí.

Realizou-se no dia 14 de outubro de 2010, às 17h00 horas, no Salão Paroquial da Igreja Matriz , Praça Cônego Bento de Almeida, 442, Centro, São Bento de Sapucaí/SP, a Audiência Pública para discutir a proposta de criação da “Unidade de Conservação de Proteção Integral – Monumento Natural da Pedra do Baú”, de responsabilidade da Fundação Florestal. Dando início aos trabalhos o Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Ubiratan Escorel de Azevedo, dava boa vindas a todos, em especial aos representantes do Poder Legislativo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Hermes Rodrigues Nery, Presidente da Câmara Municipal de São Bento de Sapucaí; dos Ilustríssimos Senhores José Donati Nunes e José Claudemir da Silva, Vereadores do Município de São Bento de Sapucaí –, do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Ildefonso Mendes Neto, Prefeito do Município de São Bento de Sapucaí; do Excelentíssimo Senhor Ronaldo Venâncio, Vice-Prefeito do Município de Sapucaí; da Excelentíssima Senhora Fernanda Bandeira de Mello, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Cultura; da Ilustríssima Senhora Márcia Azeredo, Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento, do Município de São Bento de Sapucaí; da Ilustríssima Senhora Elizabeth Frechou, Secretária de Educação do Município de São Bento de Sapucaí; da Ilustríssima Senhora Maria Aguiar, Secretária de Planejamento do Município de São Bento de Sapucaí; da Ilustríssima Senhora Lize Arcocha, Secretária de Meio Ambiente do Município de São Bento de Sapucaí; do Ilustríssimo Senhor José Rubens Paiva Reno, Secretário do COMTUR do Município de São Bento de Sapucaí; do Ilustríssimo Senhor Luciano Azevedo, Secretário de Assuntos Jurídicos do Município de São Bento do Sapucaí –, dos órgãos públicos – na pessoas do Ilustríssimo Senhor José Wagner Neto, Diretor-Executivo da Fundação Florestal; do Ilustríssimo Senhor João Mauro, Gestor da APA Sapucaí-Mirim e Campos do Jordão; do Excelentíssimo Senhor Ricardo Navarro, Promotor de Justiça da Comarca de São Bento de Sapucaí -, enfim a todos que vieram participar da audiência pública que discutirá a proposta de criação da “Unidade de Conservação de Proteção Integral – Monumento Natural da Pedra do Baú”, de responsabilidade da Fundação Florestal. O Secretário-Executivo do Consema esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos em licenciamento, projetos, obras, planos de manejo, enfim, sobre tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrática, e em cujo desenrolar determinada proposta é apresentada a todos, para que possam ser colhidas indagações, contribuições, críticas e tudo o mais que possa contribuir para melhorar o projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função é tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Após expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas, acrescentou que se organizou a audiência para ouvir todos aqueles que tenham alguma coisa a dizer. Declarou ainda que o CONSEMA previu que as audiências se desdobrassem em três momentos ou partes. Esclareceu que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

na primeira parte teria lugar uma exposição detalhada sobre o objeto da discussão, que é a proposta de criação a proposta de criação da “Unidade de Conservação de Proteção Integral – Monumento Natural da Pedra do Baú”, de responsabilidade da Fundação Florestal. Explicou que, portanto, falaria, em primeiro lugar, os representantes do órgão público responsável pela proposta, e, em seguida, aqueles que foram designados para falar em nome de entidades ambientalistas. Logo após, se concederia à palavra àqueles que representam organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos, que não representam órgãos públicos ou entidades civis, e falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestariam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. A seguir falariam os representantes do CONSEMA que se inscreveram, com direito a cinco minutos cada um, e os representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um com direito a até cinco minutos. Por fim, falariam representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que fazem parte do Poder Legislativo, que se manifestariam em último lugar, pois que dessa forma ouviriam as opiniões dos diferentes segmentos da sociedade e, ao se manifestarem, poderiam oferecer esclarecimentos solicitados. O Secretário-Executivo do Consema convidou José Amaral Wagner Neto, Diretor da Fundação Florestal, para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, e declarou que se passaria à primeira etapa da audiência, quando falam os representantes da Fundação Florestal, de responsabilidade da Fundação Florestal. Passou à palavra ao Senhor José Amaral Wagner Neto, Diretor-Executivo da Fundação Florestal, que, depois de cumprimentar a todos, esclareceu que, com a proposta de criação do Monumento Natural Pedra do Baú, a idéia ou intenção é criar uma área protegida aumentando o grau de sua proteção. Afirmou que o Estado poderia optar por um dos vários tipos de unidade de conservação previstos pela legislação, pois poderia ter criado um parque, uma estação ecológica, uma APA, correspondendo cada uma dessas categorias a um grau de restrição, a um grau de compromisso, a um grau de responsabilidade por parte do Estado. Argumentou que, como já havia a iniciativa municipal de encaminhar projeto de lei à Assembléia para criação dessa unidade, contatou-se a Prefeitura do Município de São Bento do Sapucaí, com a qual já havia sido estabelecido um diálogo muito franco, na tentativa de se adotar a categoria de unidade de conservação, cuja proteção é adequada à natureza do Monumento Natural da Pedra do Baú, chegando-se ao consenso de que seria uma unidade de conservação. Esclareceu que a base desse consenso é o fato de a unidade de conservação pressupor a permanência dos proprietários na área delimitada, dado que sua preservação exige grande esforço, e dada, também, a importância de sua natureza cênica, condições estas sobre as quais os proprietários do entorno já haviam manifestado preocupação. Argumentou que não tinha nenhum sentido o Estado se sobrepor e, nessa medida, excluir a participação da sociedade civil na preservação desse monumento natural. Acrescentou que o primeiro passo que foi tomado foi o estabelecimento de convênio com a Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí, que pressupõe a gestão compartilhada desse monumento, contato com o conselho gestor, que conta com a participação da Fundação Florestal, a qual tem a atribuição de administrar as unidades de conservação do Estado de São Paulo. Adiantou ter havido um significativo processo de discussão, com sete ou oito reuniões com os vários segmentos interessados, e que, por esses motivos, a Fundação Florestal chegou a essa audiência pública convencida de ter conduzido da forma mais adequada possível esse processo. Reiterou os esclarecimentos fornecidos pelo Secretário-Executivo, quais sejam, que o objetivo dessa audiência é ouvir a população, suas sugestões e críticas, com o intuito de aprimorar ou de melhorar a proposta apresentada, e que, por essa razão, é facultada ainda as pessoas interessadas, o prazo de cinco (05) dias úteis, para encaminhar suas contribuições.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Esclareceu ainda que a Fundação Florestal, depois de realizada a audiência e recebidas as contribuições, consolidará as propostas e as encaminhará ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, que a levará ao CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, que, como fórum deliberativo, a referendará ou rejeitará. Adiantou que, se referendada por este Conselho, o Secretário de Estado do Meio Ambiente a encaminhará ao governador, que decidirá sobre a criação ou não da unidade de conservação. Afirmou que se pretende fazer tudo isso da melhor maneira possível e de forma transparente, de modo a se alcançar o objetivo que, obviamente, deve ser o de todas as pessoas presentes, que é a preservação da Pedra do Baú. Célia Serrano, gestora do Parque Estadual Campos do Jordão, depois de cumprimentar e agradecer a presença de todos e a oportunidade dessa apresentação, comentou ter participado do processo que levou à construção dessa proposta com a participação da sociedade. Declarou que era técnica da Fundação Florestal, administrava o Parque Estadual de Campos do Jordão, e que, se por um lado trabalhava em unidade já implantada, por outro teve, concomitantemente, a oportunidade de contribuir para a constituição de uma outra. Informou que, inicialmente, em 1992, os técnicos elaboraram uma proposta de que fosse protegida a Pedra do Baú. Tratava-se de uma proposta bem específica que sofreu ajustes. Adiantou que, mais recentemente, vem acontecendo um debate importante entre ambientalistas e pesquisadores científicos com relação à proteção da Mantiqueira como um todo. Acrescentou que existem vários estudos em andamento que envolvem, inclusive, a área da Pedra do Baú e que compõem as Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira. Argumentou que é importante notar que a Pedra do Baú encontra-se em um contexto maior, que é todo o contínuo da Serra da Mantiqueira. Esclareceu que, em 2009, como comentou o Diretor-Executivo, foi criado, no âmbito da SMA, um grupo de trabalho que começou a aprofundar essa discussão e levantar elementos, os quais concorreram para formulação da proposta que hoje é objeto dessa audiência. Acrescentou que, entre esses elementos, se encontram a legislação editada conjuntamente pela SMA e pela Prefeitura do Município de São Bento do Sapucaí e o estabelecimento de um convênio que prevê a destinação de recursos para os trabalhos que se fizeram necessários para elaboração da proposta que se apresentava. Informou que essa proposta respondia à pergunta por ela ouvida durante todo o desenrolar do processo, que era “por que se criar uma unidade de conservação” ou “por que reservar uma porção do território para a natureza”. Pontuou que o Poder Público tem, entre suas atribuições, a de proteger os recursos naturais, para que eles resistam e possam ser bem utilizados por aqueles que deles desfrutam atualmente e, também, pelas gerações futuras. Adiantou que uma das formas de preservar esses recursos é criar unidades de conservação, entre as quais os monumentos, os quais, de acordo com o Artigo 12 da legislação do SNUC, têm como característica principal a proteção de lugares, sítios naturais raros e singulares e de grande beleza cênica, como é o caso do Complexo da Serra do Baú e de seu entorno, que, abrangendo a Serra do Coimbra, forma um anfiteatro que emoldura a cidade de São Bento do Sapucaí. Acrescentou que os monumentos podem ser constituídos por áreas particulares, desde que as atividades neles desenvolvidas sejam compatíveis com a conservação, e que, só quando essa compatibilidade não ocorre, é que se dá a desapropriação das áreas. Acrescentou que a criação de monumentos passa por estudos preliminares, que envolve a definição dos limites da área a partir de critérios técnicos e ajustes na proposta. Esclareceu que, após a criação, tem lugar a implantação, o que requer um grupo de supervisão, um grupo gestor e um conselho consultivo formado por representantes do Estado e da sociedade e cujas reuniões, como a que ora ocorre, são abertas a toda sociedade. Adiantou que, no caso da Pedra do Baú, há uma grande demanda de visitação, o que torna necessários uma ação emergente e um plano de manejo com vista a organizar a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

utilização e a gestão da área. Esclareceu que o plano de manejo é um manual, um documento técnico, que dá as diretrizes para o uso e para administração da área e que é elaborado por consultores contratados, mas sempre em conjunto com todos os atores envolvidos. Acrescentou que sua elaboração contou também com a realização de oficinas, para as quais todos os atores são convidados a dar a sua contribuição, a sugerir, a palpar, para que o plano tenha o melhor formato possível e a maior adesão. Informou que esse documento é dividido em algumas partes: a caracterização, o diagnóstico da área, o zoneamento – que, a partir dos atributos das áreas, estabelece quais atividades são passíveis de serem desenvolvidas – e os programas de manejo que devem ser implementados. Acrescentou que esse plano deve ser revisto a cada cinco anos, para que se ajuste às mudanças ocorridas na realidade. Esclareceu, em seguida, que existem outros objetivos que a criação e a implantação da unidade de conservação visam, quais sejam: conservar e recuperar a paisagem; conservar, recuperar os remanescentes de vegetação e abrigos de fauna; proteger os recursos hídricos; ordenar o uso do território para conservação do atributo natural, uma vez que, embora os locais tenham seus proprietários, por se tratar de patrimônio que pertence a toda a comunidade, interessava ao Estado organizar a visitação, o uso esportivo do Complexo da Pedra do Baú, visando garantir a segurança dos usuários e do ambiente natural e, também, valorizar os esforços de conservação dos proprietários locais, visto que esse tipo de unidade permite a manutenção da propriedade. O monumento, ajuntou a técnica, é uma categoria que permite a gestão pública de uma área e, concomitantemente, a preservação do direito de propriedade. Acrescentou que se teme que aconteça com esse monumento o que ocorreu em muitos lugares, que é a perda da paisagem e, conseqüentemente, a perda da cobertura vegetal, o comprometimento dos rios, porque nas encostas existem nascentes e riachos, ou seja, é produzida nela a água que abastece a cidade. Acrescentou que, além do objetivo de se preservar a paisagem, há outros, entre os quais garantir o desenvolvimento sustentável com o incremento da atividade turística no município; estimular a geração de empregos e a qualificação da mão-de-obra relacionada com o turismo; recuperar as áreas degradadas, sobretudo com a eventual substituição de atividades produtivas. Waldir Joel, técnico da Fundação Florestal, apresentou dados sobre os estudos que foram realizados e que forneceram a definição da área inicial que seria objeto de estudo e que engloba apenas o território do Município de São Bento do Sapucaí. Ajuntou que esses estudos foram iniciados no mês de abril do ano em curso e envolveram: a avaliação do meio físico, do clima, da hidrologia, geologia e geomorfologia, o uso e a ocupação do solo, o meio biótico, a fauna, a vegetação, inclusive remanescentes; as condições sócio-econômicas, a caracterização fundiária, a declividade do terreno, as nascentes, os córregos, as formações das bacias de drenagem, os acessos tradicionais aos blocos rochosos do Complexo da Pedra do Baú, Baú, Bauzinho e Ana Chata, Pedra do Cruzeiro e limites administrativos. Esclareceu que os relatórios que sintetizam esses estudos estiveram e ainda se encontram disponíveis tanto no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de São Bento do Sapucaí como no sítio eletrônico da Fundação Florestal. Em seguida, passou a apresentar, com detalhes, esses estudos. O Secretário-Executivo informou que as eventuais contribuições a serem oferecidas até o quinto dia útil a partir da data desta audiência devem ser encaminhadas à Secretária-Executiva do CONSEMA, cujo endereço eletrônico é consema.sp@ambiente.sp.gov.br. Informou, em seguida, que se passaria à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Hamilton Miragaia, representante da entidade ACERTE-Trans-Mantiqueira, declarou que residia em Monteiro Lobato e trabalhava com educação ambiental. Comentou que há três décadas já estabelecia contato com São Bento do Sapucaí, pois tanto os pais como os irmãos sempre visitavam o município e que sabia que cada geração transmitia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

para a outra a emoção que despertava a beleza natural de São Bento do Sapucaí. Agradeceu ao Governo do Estado a iniciativa, pela importância que tinha o monumento para toda a região, agradeceu aos técnicos pelos trabalhos desenvolvidos e que enriquecem a cultura ambiental e a cultura da paz, com as quais todos ganharão, não só os “sambentistas” e as pessoas que vivem em Campos do Jordão e que estão mais próximo dessa beleza. Narrou a emoção que se sente quando se alcança o Pico do Selado, por exemplo, e se vê a Pedra do Baú ao fundo. Argumentou que essa beleza cênica é uma referência para educação ambiental desenvolvida na região, e isso porque, quando o turista alcança o topo, olha e diz: olha aquela Pedra lá no fundo é a Pedra do Baú. Declarou que presidia uma entidade para a qual realizava trabalho voluntário e que também pretendia participar, como voluntário, da elaboração do plano de manejo, da brigada de incêndio, ou seja, da construção de qualquer aspecto ou componente que trouxesse benefícios para a região, pois a imagem da Pedra do Baú permanecia em sua cabeça desde a primeira vez em que nela subiu e pôde apreciar o cenário que se lhe descortinava. Afirmou que essa imagem era uma referência nacional e que se falava da Pedra do Baú nas casas, na região, em todos os lugares, porque era uma imagem maravilhosa. Fábio Alberti Cascino, representante da Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo, inicialmente esclareceu que essa entidade congregava as empresas e um grande número de escaladores do Estado de São Paulo, que, no passado, realizaram um seminário em São Bento, o qual congregou boa parcela dos montanhistas, para os quais a Pedra do Baú é muito importante. Informou que desse encontro foi produzido um documento que descreve as vias que existem, a questão da segurança, as áreas passíveis de serem exploradas, o lado sul e o lado norte da Pedra - o norte mais seco do que o sul, que é um pouquinho mais úmido e onde ocorrem espécies de vegetação diferentes. Declarou que a entidade apoiava a iniciativa e que era também motivo de orgulho para ele participar da constituição do Monumento Natural da Pedra do Baú. Comentou que a escalava desde 1971, que não a conseguiu alcançar pela estrada, a qual atualmente era razoavelmente frequentada, principalmente no mês de julho. Ajuntou que a temporada de escaladas acabava em julho, e que, com o início das chuvas a partir de setembro/outubro, não se conseguia mais chegar à Pedra, pois os carros quebravam já que as estradas não tinham asfalto, e terminavam por buscar abrigo na Fundação, que até hoje funciona como refúgio. Concluiu afirmando ter sido muito importante assistir e participar do exercício de constituição do Monumento Pedra do Baú. Alexandre Andrade, do Instituto Oikos, depois de declarar que era gestora de projeto do Instituto Oikos de Agroecologia em sua sede, em Lorena, afirmou que estava imensamente feliz com o que estava acontecendo na reunião em curso e nas que a antecederam. Declarou-se apaixonada pela região e solicitou lhe fosse concedido ler a “Carta de Apoio à Criação do Monumento”, enviada por sua instituição e assinada pelo Diretor Dr. Támas Macray. Concedida a solicitação, passou a fazer a leitura do texto que passa a ser transcrito. “Diante da importância da região da Pedra do Baú para a biodiversidade de mata atlântica, e diante da necessidade de conservação desse belíssimo e raro registro geológico, para o usufruto para gerações futuras e para o desenvolvimento do turismo sustentável regional, manifestamos nossos apoio à criação do Monumento Estadual da Pedra do Baú, ao mesmo tempo que parabenizamos os técnicos, pesquisadores e gestores do Instituto Florestal e da Fundação Florestal pelo êxito desse progresso. Parabéns!” Rodrigo Veraldi Ismael, Vice-Presidente da Associação dos Proprietários Altiplano do Baú – São Bento de Sapucaí, declarou que essa entidade, entre as várias atribuições que possui, tem como prioridade a conservação do uso sustentável das áreas que estão vizinhas a esse monumento. Declarou que apoiava a iniciativa, desde que fosse fruto do consenso de todos interessados. Declarou também que se colocava à disposição para contribuir de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

alguma forma com a implementação da unidade de conservação, pois possuía na região trinta e cinco propriedades, nas quais trabalhavam mais de cento e trinta funcionários, e que acreditava poder contribuir de alguma forma na implementação desse monumento. Paulo Sato, representante do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão, manifestou sua satisfação por compartilhar da criação do monumento, um fato muito importante para a cidade e, também, para o Estado. Comentou que, além de possuir formação em meio ambiente e turismo, integrava o Conselho Consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão, o que sem dúvida contribuía para que considerasse importante tanto a constituição da unidade como a presença da sociedade civil na sua administração, porque, a seu ver, a voz da população e da comunidade tem de estar presente. Reconheceu nessa iniciativa uma grande oportunidade para a cidade, pois serve de alavanca não só para a preservação do meio ambiente como para o dia a dia da população. Márcio Prado, vinculado ao Conselho da APA Campos do Jordão, declarou que não teve a felicidade de escalar a Pedra na década de 70, e que a conheceu andando de bicicleta, praticando *mountain bike*. Acrescentou que, em 1991, se apaixonou e disse para si mesmo que iria morar nesse lugar. Em 1994 foi para Campos do Jordão e, um pouquinho depois, começou a trabalhar com ecoturismo, o que lhe permitiu levar muitas pessoas para o cimo da montanha, o que lhe proporcionou ficar amigo de muitas delas. Comentou que a Pedra possui uma força inexplicável, pois causa grande compaixão e estimula nas pessoas a capacidade de doar-se, quer participando de conselhos de parques e das APAs, que são uma oportunidade de colaborar ou contribuir com a fiscalização. Declarou que, por essas razões, convidava a todos a se doarem um pouquinho nesse processo, o qual acompanhava de perto, inclusive buscando informações junto ao corpo técnico, que é muito aberto, mostrando com transparência tudo o que está acontecendo. Declarou que no último final de semana teve a felicidade de participar com os alunos de um programa sobre educação oferecido por uma entidade, e que nessa ocasião realizou uma caminhada até a Serra do Coimbra, onde permaneceram cinco dias com os alunos, e que foi uma experiência fantástica. Convidou a todos a desenvolver dentro de si um olhar mais afinado, além da sua região, e acreditar que, se se mudar alguma coisa, é possível transformar a atividade econômica que se realiza. Ao concluir afirmou que, pela força que a Pedra tem, toda comunidade só tem a ganhar. Passou-se à etapa em que se manifestam os cidadãos que não representam nenhum órgão público, nem entidades civis. Maria Karina Teixeira, cidadã sambentista, declarou possuir propriedade nas proximidades da Pedra do Baú, e defendeu fosse a vegetação do entorno do sítio integralmente preservada, exatamente como se apresenta hoje, e reflorestada a que foi objeto de intervenção humana. Miriam Teixeira, reiterando o posicionamento da moradora que a antecederia no uso da palavra, ponderou que a região ora em estudos encontra-se preservada, donde a desnecessidade de qualquer intervenção oficial, uma vez que a intenção é continuar a preservar a área. Destacou as belezas naturais da região que faz divisa com a pedra, e onde tem sua propriedade e onde a preservação se faz necessária. Fernando Costa declarou representar há vinte e cinco anos a família Bento de Carvalho, e confessou-se chocado ao saber, via oficiosa, a respeito do projeto em discussão. Assegurou que a preservação do local é total – água, animais silvestres –, e que desejava continuasse a sê-lo. Deste modo, arrematou, posicionava-se inicialmente não contra o projeto propriamente, mas por uma mais ampla discussão do mesmo, e parabenizou seus autores. Mônica Simonsen elogiou, inicialmente, a apresentação do projeto e seus responsáveis. Declarou-se representante legal da Empresa Santa Judith Empreendimentos, proprietária da Fazenda Pesca na Montanha e da Fazenda Nierica, que se encontram inseridas no Projeto do Monumento Natural do Baú, a respeito de cujo projeto apresentou contribuições que solicitou acompanhassem a ata da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

reunião para futura análise dos órgãos competentes. Declarou ainda ser absolutamente favorável à criação deste monumento natural, e destacou desejar de ter e fazer parte de seu conselho gestor. Bruno Mário Toldi agradeceu pela oportunidade de se manifestar, no ensejo do que parabenizou o projeto preservacionista, por considerar que a Pedra do Baú cecia de tal iniciativa já há muito tempo, tendo em vista suas singulares qualidades naturais e sua importância, e que até aquele momento recebera a atenção devida. Narrou haver subido a pedra antes da década de 1970, época em que já residia na região, e que seu pai possuía uma casa no local, que hoje não mais existe. Apoiou a iniciativa de criação da reserva, nada obstante posicionamento diverso de outras pessoas, ressaltando porém a pertinência de se delimitar a área a ser preservada nas dimensões em que procedido, 3.257 hectares. Opinou que os moradores teriam até aquele momento preservado a área muito melhor do que o poder público o fizera. Relatou que sua família possui fixou-se no local há cinco gerações, e que possui uma fazenda na área, tendo trabalhado sempre pela preservação e por auferir ganhos ambientais para o município, a exemplo do que fez ao plantar cerca de duzentas mil araucárias plantadas, o que poderia ser comprovado por peritos e, em sendo necessário, indicaria o espaçamento em que elas foram plantadas. Disse também haver preservado as águas muito bem, o que lhe teria valido um prêmio, nesse ano, pela conservação das águas. Acrescentou haver ficado preocupado com o projeto e, ainda que tendo participado de três reuniões com a Dra. Célia, que lhe permitiram entender melhor os benefícios que a proteção da área pode dar, gostaria de ter seus direitos de preservacionistas e proprietários preservados, bem como de gestão das nossas propriedades, em consonância com essa unidade de conservação. Ao final informou estar protocolizando junto à mesa dos trabalhos documento para que fosse analisado e constasse como anexo desta reunião. Fábio Galvão Borges, disse ser como todos os demais pela criação do parque, iniciativa importante para São Bento, e comentou que todo montanhista sempre sonhou com a criação do Parque Pedra do Baú. Lembrou que a história de criação do parque não se deu exatamente nos termos em que narrada pela mesa, mas que o Estado, através de uma ação, parecia-lhe, queria instituir em parque, como um parque estadual, e São Bento o fez de última hora: criou uma Lei de criação o Parque Municipal, então, no dia 1º de julho, data em que estava presente na Assembléia, e que os vereadores forma unânimes em criar o Parque Estadual Pedra do Baú, em contrapartida a criação do Estado do que hoje se chama Monumento, e que lhe parecia que naquele dia era o Estado vir e criar o parque, me modo em certa medida impositivo. Comentou tratar-se de um monumento natural, com características únicas, como não existe em outras cidades como São Paulo, e questionou como o Estado iria gerir a unidade de conservação, e se haveria verba para tanto. Indagou da Sra. Célia acerca da informação de que vários parques enfrentariam problemas de ordem financeira, ao que lhe foi confirmado. Tiaraju Fialho parabenizou a equipe técnica da Fundação Florestal, que levou a cabo o processo, e disse que ele, como montanhista, também frequenta a região há muitos anos; que é do Paraná e por lá existem algumas iniciativas de criação de parques, e aqui em São Paulo, acreditava, em monumento natural. Relatou que o Parque da Serra do Mar, em São Paulo, é um exemplo de parque de montanha e que, como montanhista, almejava que outros parques de montanhas na Serra da Mantiqueira fossem criados, dando continuidade à iniciativa, bem como à proteção do contínuo das cristas da Serra da Mantiqueira. Parabenizou também toda a comunidade de São Bento pela coragem, pela iniciativa e por dar esse passo segundo ele importante na perenização desse patrimônio que dá suporte à atividade econômica principal da cidade, que é o ecoturismo. Ao final parabenizou um vez mais os cidadãos, o prefeito, o Poder Executivo, os proprietários e técnicos envolvidos na proposta e disse esperar que ela dê bons frutos e se reproduza em outras montanhas do Brasil e da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Serra da Mantiqueira, que necessita de urgente proteção e gestão. Ausente a próxima inscrita para uso da palavra, Sra. Ieda Maria Ferreira, passou-se à etapa em que se pronunciaram os representantes dos órgãos públicos. Ricardo Navarro Soares Cabral, promotor público em São Bento do Sapucaí, iniciou seu pronunciamento dizendo que o Ministério Público se colocava totalmente favorável à criação do Monumento da Pedra do Baú, e que desejava colocar algumas “provocações”. Disse haver sido informado de que haveria, com a criação desse monumento, um repasse de ICMS ecológico de 200 para 440 mil, ou um pouco mais, não saberia dizer ao certo. Indagou se, nesse valor, nesse acréscimo estava sendo previsto se pudesse atuar de maneira preventiva. Informou que esteve há pouco tempo em São Paulo, num Congresso do Ministério Público, no qual se percebeu que o Ministério Público sozinho não é ninguém. O órgão estaria, completou, unindo forças aos órgãos técnicos, IPT, IG e vários outros que estavam lá, e trazendo o exemplo de São Paulo, que também de uma forma diferente buscou o resultado. Noticiou que o IPT fez um estudo em 2020, em que haviam duzentas áreas de risco em São Paulo, e a Prefeitura de São Paulo começou a agir nessas áreas de risco, estudos foram feitos, e continuam a ser feitos, desde 2009, e que haviam 400 pontos de risco em São Paulo. Perguntou se adiantaria atuar-se daquela maneira. E comentou, nos seguintes termos; “Se a gente tinha duzentas e a gente começa a combater, eu fui a campo para ver o combate, belíssimo, combater 1, 2, 3, isso tudo, mais 200, então a gente continua atuando nesse País, de uma maneira que nunca vai ter solução, mesma coisa que uma pessoa tem câncer no braço: você vai cuidar dele – tem médico aqui? – se ela tem câncer no braço e na perna, se ele cuida do braço e daí aparece a da perna, quando você vai cuidar da perna, aparece no rim, no pescoço, a gente vai morrer, ou seja, o meio ambiente não vai ‘sobreexistir’, então eu queria saber se dentro desse repasse, se existe alguma, eu vou usar uma expressão que não é muito boa, mas enfim, é a que se encaixa no momento, se nesse repasse maior, se é prevista a verba e a verba que eu diria verba carimbada para que a gente atue na educação ambiental, nos jovens, para que o pessoal que trabalha nos campos saiba utilizar a Pedra; saiba que a banana, numa área com muita declividade, com sua raiz muito curta, ela não favorece a proteção ambiental; saber, por exemplo, que o gado, isso todo mundo sabe, que o gado numa região de montanha fica com a carne dura, o boi fica magro, então não é bom criar gado nessa região, por que senão haverão mais e mais pastos e o pasto ambientalmente ele é muito ruim. Então, em São Paulo a gente conversando no MP, a gente fica louco com essa falta de vontade, não é do técnico, não é dos senhores que estão aqui, mas uma falta de vontade política de se pensar nesse País, não é só na área ambiental, vocês vão achar isso aí em qualquer área... E, se pensar de uma maneira preventiva... para mim, eu estou fazendo isso... Se eu entrar com uma ação para demolir uma pousada lá em Santo Antônio do Pinhal, eu entro numa igreja, eu entro, é fácil para mim, eu tenho o poder, eu faço, eu sou pago para isso, agora a dor daquela pessoa que está ficando sem a casa, que está ficando, isso é visto pelo Estado? E o dinheiro que esse cara coloca ali? E que vamos demolir a casa, isto está sendo pensado? Como vamos combater isso? Atuando de maneira preventiva, e eu solicito que nesses 200 mil haja previsão de se contratar fiscais ou a Defesa Civil, coisa que não existe neste país. Também nós temos as enchentes, ali em São Luiz do Paraitinga, eu fui designado pelo meu chefe para tomar conta de São Luiz, em São Luiz do Paraitinga vão gastar 150 milhões, e estão fazendo a cidade no mesmo lugar, no mesmo lugar, ou seja, daqui a pouco... bem, para a gente gastar o nosso dinheiro, porque é o nosso dinheiro, viu gente, não é dinheiro do político ou sei lá de quem, político – a gente sempre acusa eles porque eles ficam na linha de frente. Vão gastar 150 milhões em São Luiz do Paraitinga ainda para construir a cidade (eu amo aquela cidade também) no mesmo lugar, para tomar outra “porrada” daqui uns tempos, desculpe a expressão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“porrada”, mais vai tomar outra “porrada”, para a gente gastar mais 150 milhões, ou seja, nosso dinheiro público, dinheiro jogado no lixo. Então, se vai ter acréscimo desses 200 mil, eu gostaria de pedir que parcela, parcela bem grande desse dinheiro seja utilizada na educação ambiental. Nós temos os jovens aí, esses jovens precisam ser instruídos, para que a gente não repita os erros que a gente vem cometendo, eu, você, todos mundo aqui comete. Nós precisamos de fiscal para que não haja o que está havendo lá em cima, parcelamento do solo irregular, agropecuária, a banana, residência de turistas, de moradores, porque o de turista, vou falar uma coisa para vocês: é fácil, eu derrubo a casa do cara e o cara vai para outro lugar morar, e o cara que não tem dinheiro... Tem uma senhor lá, um português, que eu tenho que derrubar a casa dele, eu não sei o que eu faço, eu tenho que fazer, é minha obrigação legal, eu choro de ver, e o português vai ficar aonde? Embaixo da ponte? Então peço também ao Senhor Prefeito que está aqui, eu peço sempre a ele, prefeito e eu atuamos juntos desde que a gente esteja dentro da legalidade, o Senhor tem se mantido assim até então. Então, estamos juntos, a hora que não estivermos é cada uma para o seu lado, o Senhor sabe disso. Nós temos, por exemplo, pessoas que estão morando lá de maneira irregular, mas aqui perto nós temos um morro que é área de risco, desculpa até estender um pouco a conversa, que é área de risco, estudo do IPT, que é um órgão técnico não é o promotor, que sabe, é o IPT que sabe, disse que se tiver uma chuva muito grande, não quero criar sabe aquele terrorismo, “ai, vai cair agora”, não é isso, tem possibilidade de cair, em rochas lá que podem rolar para baixo, agora para agente tirar os caras de lá, como é que nós vamos tirar? Precisamos de um projeto da CDHU, como tem em São Luiz, muito bom, porque os projetos de hoje não são aquelas casinhas, desculpe a expressão, “mequetrefes”, que tinha no passado, são casa boas. Hoje, agora, precisa ter um projeto para a gente ter uma ação até o MP, mas eu sou bem claro senhores, sob pena até de sofrer alguma sanção dos meus chefes, eu enrolo, eu enrolo o processo ambiental para entrar com processo ambiental quando eu vejo que eu não tenho como solucionar, porque o meio ambiente eu vou defender, só que existe o meio ambiente e o direito daquele cidadão de ter uma vida digna. Vir com a ação de derrubar para mim é muito fácil, só que existe um ser humano atrás de todo promotor... Existem alguns seres humanos sensíveis e outros não, faz parte de qualquer área, agora a gente precisa urgentemente de um projeto da CDHU para a gente poder atuar de uma maneira mais incisiva naquelas áreas irregulares, seja na Pedra do Baú ou no Morro do Cruzeiro. Então isso é um outro pedido que eu faço, estou terminando eu sei que meu tempo ... então vou resumir isso. Fiscalização – eu queria deixar essa provocação que é a preocupação básica que eu vim fazer aqui, nós precisamos de fiscalização! Gente, vamos atuar de maneira preventiva, de maneira repressiva é prender os outros! Prendemos vinte e um traficantes há pouco tempo e vamos prender mais vinte e um daqui a pouco... é isso que a sociedade quer? Ou a sociedade quer que não se precise prender, que cuidem das crianças para não ter que prender os adultos, cuidem do meio ambiente para a gente não sofrer, não é? A cidade de São Bento do Sapucaí também tem problemas de enchentes, todo mundo sabe, atuamos de maneira preventiva junto à Defesa Civil Municipal que está aqui, a Fátima... Para minimizar isso, só a gente não consegue dar conta, se a gente não atuar de maneira preventiva. Nós vamos continuar a atuar de maneira amadora, os técnicos estão unidos, o MP saiu de seu castelinho, MP quer se unir aos técnicos e nós temos que pressionar para que a gente tenha educação ambiental e vontade política principalmente para a gente estancar esse doente que está morrendo que é o meio ambiente. Obrigado.” Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Hermes Rodrigues Nery, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí, fez uso da palavra nos seguinte termos: “Recentemente fui a uma reunião com bastante



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

gente, perguntaram assim: Quem quer ser político? Ninguém levantou a mão, aí perguntaram a uma criança: você que ser político? Ela: eu não. Mas eu quero dizer que não tenho vergonha de ser político não, é vocação, é missão, nós temos que procurar trabalhar no sentido de que a credibilidade é a palavra chave nesse contexto. Eu fiquei muito feliz nessa reunião hoje, porque a proposta de campanha de 2008, como vereador, no papel... de dez propostas, fui na casa deles, pedir voto, dez propostas, e uma delas é dar apoio a isso daqui, apoio efetivo, para uma solução para questão do entorno da Pedra do Baú, solução correta, solução participativa, que leve em conta quem mora lá, que leve em conta os interesses dos Município, preferencialmente, então está aqui mais um ponto de campanha cumprido em parceria. Dando apoio ao Executivo dessa iniciativa, nós fizemos na Câmara Municipal, e a primeira audiência pública foi em março do ano passado para discutir a questão da Pedra do Baú, nós assim que soubemos que havia uma movimentação do Estado para proteger a Pedra do Baú, telefonei para o Prefeito, entramos em contato com pessoas competentes para questionar, para saber que proposta era essa, conforme ele colocou, e rapidamente a gente se posicionou no seguinte: para aprovar a Lei para a criação do Monumento da Pedra do Baú em nível municipal, nós temos três exigências e reafirmamos aqui, que conste em ata. Primeira questão: gestão municipal – esse é um ponto fundamental, e aí eu faço um questionamento, pode me faltar informações, então se me faltar informações gostaria de ser elucidado. Pelo que eu soube ainda ontem, conversávamos com o prefeito na prefeitura, o Conselho Gestor do Monumento da Pedra do Baú, não sei quantos membros fazem parte do Conselho Gestor, mais pela a informação que eu tenho (se eu errar, por favor, me corrija) nós temos um representante do município, e um representante do Poder Público... Acho pouco, acho insuficiente, acho até numa proporção que pode dar naquilo que foi colocado aqui, decisão que não é equivalente para defender os interesses do Município, principalmente por o Monumento estar no Município, então se essa formação não é devida... Peço por favor me respondam: quantos membros fazem parte do Conselho Gestor? Quantos membros, do município, fazem parte do Conselho Gestor? E aí se for mais de um membro, eu faço uma sugestão: que seja também no Conselho Gestor, além de um membro do Poder Público, um membro das entidades da sociedade civil e um membro dos proprietários. Porque, uma outra exigência que colocamos no início dessa discussão foi que se deve respeitar o direito de propriedade dos moradores do entorno da Pedra do Baú, isso é inegociável aqui, e tem as suas propriedades ali no entorno da Pedra do Baú. E finalmente, para encerrar essa questão, eu quero dizer que é claro, que nós vemos com muito boa vontade e nós vemos com muita alegria essa iniciativa. Então alguma coisa tem que ser feita, também não dá para a gente ficar sempre buscando desculpas, buscando pistas, mas algo tem que ser feito. Se é a vontade do Executivo, da Câmara, de todos os vereadores, que realmente essa solução para a questão Pedra do Baú possa acontecer e já está acontecendo. Faço esse questionamento que eu peço que seja elucidado, quero lembrar para encerrar, eu não sou atleta, não sou montanhista, mas também tive a alegria de um dia, olha só, escalar a Pedra do Baú e não foi porque eu quis não, eu fui obrigado, eu era coordenador do Acampamento Paiol Grande, né Ricardo? Eles me disseram: ‘Bom, se você quer ser coordenador do acampamento, você vai ter que escalar a Pedra do Baú...’ Gente, não foi nada fácil... mas que maravilha ver aquela vista que nós temos de lá. É realmente um grande patrimônio, uma riqueza nossa, imperdível, experiência única, acho que não vou repetir não, mas esses montanhistas que realizam essa experiência, a gente sabe que temos grandes montanhistas aqui em São Bento, como Elizeu Frechou... Então, de maneira que no dia 29 de julho do ano passado, lá na Câmara Municipal, onde nós promulgamos a Lei 3.177, tendo em vista os interesses do Município que acolhe o Monumento da Pedra do Baú. Muito Obrigado”. r José Donati



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Nunes, também vereador pelo município de São Bento do Sapucaí, discursou nesses termos: “Boa noite a todos, mesa diretora, autoridades presentes, hoje só estamos vivendo mais uma etapa de nossa vida política, e não poderia deixar também de fazer essa colocação, como disse o Vereador Hermes, acho importante a criação desse Monumento, mas que a população seja pelo menos ouvida, respeitada, é isso que a gente está vendo na noite de hoje, vai ser bom para todo mundo, caminhar nesse sentido, portanto é motivo para mim com satisfação, como disse o Vereador Hermes anteriormente, perguntar se quer ser político? Eu estou caminhando na minha vida pública há quase trinta anos e se precisam ou se precisar continuarei sendo político. Tenho dado prova, tenho a consciência que de modo bem trabalhado, bem respeitado, os órgãos públicos, as pessoas principalmente, tem tudo para dar certo, portanto é motivo de grande satisfação esta noite. Obrigado todos. Mauro Vieira, também vereador por São Bento do Sapucaí, expressou-se nas seguintes palavras: “Uma boa noite a todas e a todos os presentes. Aqui estão presentes, nesta noite... Em nome da mesa, [gostaria de] saudar todas as autoridades presentes, e eu queria retomar a minha fala, no nosso último encontro, que fizemos no Acampamento Paiol Grande, que é a questão do pessoal, dos moradores, que eu até usei a terminologia ‘nativos’, quer dizer, eu estou aqui falando em nome dessas pessoas, porque eu nasci no Paiol, eu sou a terceira geração dos moradores do bairro. O que ocorre nesse processo todo, porque eu sou favorável ao Monumento... a gente, pois, a gente na Câmara dá todo apoio no sentido de preservar... Além de criar esse monumento, eu já fui contemplado na fala do Sr. Promotor, na fala do vereador Hermes... Em relação a se fazer um trabalho para os nativos, moradores, o que acontece? Foi levantado a questão por exemplo, hoje, da questão da agricultura, da questão da pecuária, agora a pergunta que eu faço é a seguinte: o que, dentro do processo do todo, qual é a reflexão e o que poderá ser oferecido a esses moradores, porque o que está acontecendo hoje é... A duras penas, a minha família está conseguindo se manter lá, mas a exemplo do nosso vizinho, e muitos inclusive hoje, estão até causando problemas no sentido do parcelamento, por conta de não conseguir ter uma atividade econômica sustentável. Fica mais prático vender a sua propriedade para o turista, vender suas propriedades para pessoas que não são da região. Aí acontece, o que vem, vamos dizer assim, os chamados turistas, eles, por uma condição econômica, porque eles têm essa propriedade mais para lazer, têm essa propriedade para o final de semana, então o que acontece: não conseguem manter, não conseguem sustentar essa propriedade, e o morador tem essa dificuldade. Então a minha proposta é de que se faça uma reflexão. Também trago algo que possa ser oferecido para essa população, vou usar de novo ‘nativa’, para que eles possam ter oportunidades. Dizem que a banana causa danos, que a pecuária causa danos... O que é que pode ser feito, então? Eu sei que hoje já existe um já trabalho por conta do COMTUR, existe o incentivo da própria Prefeitura, que vem fazendo esse trabalho em relação a buscar uma opção para que ela também possa, vamos dizer, preservar, que aqui também se possa não só preservar a natureza mas as suas raízes, o que infelizmente a gente vê que não está acontecendo. Muito Obrigado”. Passou-se a palavra ao vereador José Claudemir da Silva, que assim se expressou: “Eu cumprimento a mesa, Senhores e Senhoras presentes... É uma grande satisfação estar aqui hoje, discutindo esse projeto desse Monumento, que vem se falando muito durante tantos e tantos anos... porque a Pedra do Baú, uma riqueza tão grande de nosso município, e até hoje não se fez nada pela Pedra. Mas tem que ser tudo dentro da legalidade. É o seguinte: como o vereador Hermes disse, que foi obrigado a escalar a Pedra, eu subi a Pedra com quinze anos de idade... Hoje não tenho coragem mais de subir, só nas escada dela lá, naquela época, como diz, eu brincava com meus amigos, tinha coragem, subia até de ponta cabeça, subir a Pedra virava divertimento... Mas é uma beleza que nós temos em nosso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Município, que às vezes, não vamos criticar os ex-políticos que já passaram, muitos e muitos anos atrás, não tomaram essa atitude de explorar aquilo... Hoje, sim... Hoje o pessoal já está trabalhando, o próprio Executivo, o Legislativo, e com o Estado a SMA; votamos o projeto em julho do ano passado, de criação do Monumento Municipal da Pedra do Baú, quando perguntei ao Prefeito se seria o Município que iria executar esse Projeto, e, conversando com ele, disse que nosso município tem poucos recursos para fazer levantamento de gerenciar, em um projeto desses, o qual está sendo feito numa parceria com a SMA... O Estado, vindo em São Bento, participando junto... mas como o Hermes disse, também gostaria que tivesse mais representantes do município que fizessem parte dessa diretoria e fosse dado mais respaldo ao Município de São Bento, porque aquela riqueza nossa, em nosso município... pois tem gente de Campos do Jordão aqui, Campos sempre brigou por aquela Pedra também, ela está no município de São Bento, mas quero admitir aqui, e dizem, como o vereador Mauro, disse o que me preocupa se os proprietários em volta desse monumento, e aqueles proprietários que vivem daquilo, como o Valdir mostrou, ali na Serra do Coimbra, o pasto lá em cima, no final da Serra, se aquele proprietário só tem aquilo para ele sobreviver? Aí não pode mais criar gado, nada se pode fazer no pato, ele vai viver de que daqui prá frente? Essa é a minha pergunta: O Estado vai dar um respaldo a esse proprietário? O município tem condições? Acredito que não, acho difícil. Mas e aquele senhor que me procurou, Sr. Pedro Olímpio, tão preocupado, se ele tem algum da família representando aqui, dizendo: ‘e o meu bananal! Eu ouvi tudo aquilo e daí eu vou viver do que, se não puder mais cultivar o nosso bananal?’ Então essa é a pergunta: como saiu a matéria na Folha de São Paulo, dizendo, em 19 de setembro, se não me falha a memória, e lá tinha uma palavra dizendo: desapropriação, quem vai pagar esse proprietário? Essa é a pergunta: O município tem condições? Não. O Estado tem? Se tiver, sim, espero que não se torne precatório, que leva de dez a vinte anos para pagar o proprietário. Em torno de três mil e poucos, hectares de terra que eles vão ser prejudicados, sou a favor do Monumento, porque tem que ser feita alguma coisa, que até hoje não foi feito nada pela Pedra do Baú... Sou a favor, volto a dizer, mas com critérios, respeitando os proprietários que estão em volta desse monumento. Obrigado”. Ildefonso Mendes Neto, Prefeito do Município de São Bento do Sapucaí, assim discursou: “Boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar a mesa, na pessoa do Prof. Wagner Neto, também aos demais membros da Secretaria, da Fundação etc., e todas as pessoas envolvidas, cumprimentar os senhores vereadores, cumprimentar as pessoas amigas que eu não via há muito, que a gente está tendo a oportunidade de ver aqui nesse encontro, nessa audiência pública... Queria dizer que me sinto privilegiado de ter agora sucedido tantas pessoas e tantos colocando-se muito bem, todos falaram coisa importantes, desde o primeiro lá dos alpinistas, pessoal que frequenta, o meu amigo ali, que nós, como conterrâneos... também subi a Pedra na década de 1970, e subi já oito vezes. Eu quero dizer o seguinte: nós tomamos a iniciativa de criar o MoNa Municipal da Pedra do Baú, preocupados que já estávamos há muito anos, aquilo, sem ter critério algum, estando sujeito a ser destruída, aquela maravilha, daquela beleza natural, nós temos orgulho, é um privilégio tê-la aqui no município... Como dizia por aí, quando me apresento, digo que São Bento do Sapucaí é um dos municípios mais bonitos do Brasil, e eu falo com muita convicção e sem exagero, quem conhece sabe, então sempre me apresento, algumas pessoas dão umas risadinhas, pensando que eu estou mentindo, vai lá conhecer as belezas naturais que nos foram dadas, acho que nós temos a obrigação de preservá-la, conservá-la. Ainda bem que tivemos pessoas, no passado, até hoje se fizeram representar pelos seus familiares, eu vi aqui a Raimunda que há tanto tempo não via, me lembro bem da família dela, estudamos uma época juntas no ginásio, lá nos anos setenta, o Joaquim, irmão, Lino, João e toda essa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

turma aí. Quem nos dera tivesse todo mundo do lado norte também preservado como preservou o lado sul, a preocupação de vocês é que se não vai ser alguma coisa a mais, mas um parceiro para preservar mais, ninguém vai interferir em nada, vamos realmente deixar aquilo para outras gerações, senão estávamos correndo, correndo um sério risco daquilo tudo degradado, conforme, como fizeram ali uma montagem, é o que poderia acontecer, certamente iria acontecer, aqui todo mundo tem, os proprietários, a gente tem a noção do entorno, que teoricamente seríamos prejudicados, tem a consciência do que é necessário. O processo está aqui hoje, nós estamos na quarta ou quinta audiência pública, completamente aberta a todos, proprietários, frequentadores, turistas, moradores de São Bento do Sapucaí, então o processo mais claro, limpo como esse, é difícil, diferente do que a gente, que estávamos sujeitos, bem mais vulneráveis, a receber um decreto federal, por exemplo, criando um parque federal, perderíamos tudo, proprietários com certeza não receberiam nada, iam ficar de trinta a quarenta anos demandando com o Governo Federal, sem critérios como está tendo agora, com estudos, audiências públicas, ouvindo as pessoas... Está respeitando o momento: não é um parque, ele não desapropria, não toma nada de ninguém, respeita, o que tem é uma restrição de uso, restrição que, convenhamos nós, já estamos embaixo dela, pertencemos à Área de Preservação Ambiental – APA Federal e Estadual, em área de APP – Área de Preservação Ambiental e o próprio código florestal, então, aquele entorno realmente hoje já tão carregado de proteção, a Lei está aí, o momento só vem dar caráter... mais uma visibilidade e aquela atenção que... olha, nós estamos aqui, nós cuidamos disso aqui, para nós foi uma satisfação ser parceiro do Estado, como eu disse, no processo superdemocrático, a gente só faz parceria com quem confia, quem acredita, acho que ninguém faz parceria com o inimigo, ou com alguém inconfiável, confiamos muito no processo, foi muito discutido. A primeira conversa que eu tive com o Professor Zé Pedro na Prefeitura, ele veio aqui, e eu disse a ele o seguinte: eu vou ser bem franco, a gestão, a posse do Complexo Pedra do Baú, para nós sambentistas, é inegociável, não se conversa sobre isso. Não aceito, por exemplo, parque como foi criado o Horto Florestal. A gestão tem que ser do Município, e nesse processo vai ser do Município, certo? Temos uma parceria, igualitária, tem um Conselho Consultivo do qual muita gente aqui fazer parte, vários proprietários, sociedade civil, órgãos públicos... Estarão sendo respeitadas... Várias pessoas, os órgãos da Secretaria, do Governo como um todo, mais principalmente do governo municipal, estará com a gestão neste processo, acompanharemos de forma democrática, respeitando os espaços do Estado e o Estado respeitando os espaços de São Bento do Sapucaí. Não vamos perder nada, pelo contrário, vamos fazer isso finalmente virar algo de benefício para o Município com responsabilidade. Aquilo lá, eu me lembro que alguns anos fizemos uma cancela lá, cobrávamos um pedagiozinho de entrada, foi mais do que pelo dinheiro: foi para ter idéia de como estava aquilo, e nós chegamos a arrecadar, em um fim de semana, quatro mil... realiza, e cobrávamos R\$ 5,00 por veículo, isso significa oitocentos carros lá em um final de semana, na média de mil carros na temporada por final de semana, aquilo está insuportável lá. Problema mais grave ainda do que a depredação é o problema da insegurança: nós estávamos correndo o risco de levar um processo do MP com a morte de pessoas, aquilo lá, para quem conhece, tem lugar que você tem 1,5 a 2m de corredor com precipício, se alguém sente mal, bate em alguém, pronto e essa tragédia estava lá anunciada e ninguém via, não temos estrutura nenhuma, aí sim as pessoas vão começar a ir, invadir a propriedade de vocês, passeando, invadindo as matas, isso vai ter um critério de uso quando for, vai ser frequentado, vai ser administrado, organizado, com acesso às trilhas, acesso à Pedra, com monitores, gente capacitada – esse é o perdil, esse é o quadro que nós queremos, e vamos fazer, nós vamos fazer! Em contrapartida, o controle do tráfego, oitocentos a mil carros numa estradinha de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

cinco metros de largura, dá problema, dá discussão, coisa que a gente conhece... A questão é muito grave, inadiável... Felizes nós de podermos, como Prefeito, hoje ter tido essa iniciativa junto com a equipe toda da Prefeitura, com o apoio da Câmara e depois junto com o apoio da SMA, e também monitora aquilo... o via... acompanhava a gravidade daquilo, certo? Esse processo todo vai ser um processo de salvação do Complexo da Pedra do Baú, salvação de São Bento do Sapucaí, salvação para a região do Estado de São Paulo e do Brasil, esse Complexo da Pedra do Baú é orgulho do Estado de São Paulo e do próprio Brasil, porque é lindo, muito bonito. Paisagem como essa que a gente tem, daqui pra lá de lá pra cá, visualizar não é para qualquer lugar, e não é sempre que acontece, não é sempre que Deus capricha tanto... Caprichou pra gente... Vamos tomar conta... Então, diante desse processo, a certeza é que nós estamos concluindo hoje essa audiência pública, finalizando alguns reparos que deverão ser feitos, poderão até e em breve, se Deus quiser, teremos o decreto assinado pelo Governador, criando definitivamente, concretamente, esse Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú, e estarem a serviço do nosso Brasil. Eu com muita alegria só tenho a agradecer e me sinto feliz e realizado por fazer parte desse processo. Muito Obrigado.” Antes de passar-se para a terceira parte da audiência e dar a palavra ao Dr. Wagner Neto, para que ele e sua equipe esclarecessem as dúvidas eventualmente subsistentes, o Secretário-Executivo do CONSEMA, em atendimento a solicitação do Secretário do Meio Ambiente e presidente do CONGEL – Conselho Estadual de Monumento Ecológico do Estado de São Paulo, Pedro Ubiratan, foi encaminhada ao Dr. Neto e naquele momento lida moção cujo teor é o que segue: *“O Conselho Estadual de Monumento Ecológico – CONGEL em reunião ordinária, realizada em 13 de outubro, deliberou pelo encaminhamento do presente ofício a V. Sa., manifestando integral apoio à criação, por ato do Sr. Governador, do Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú, observamos que a Unidade de Conservação tem proposição, contempla sítio provido de excepcional expressão geológica, geomorfológica e beleza cênica o qual conduzir estudos desta Unidade geológica do Estado para posterior candidatura a Monumento Geológico do Estado de São Paulo”*. Feito isso, passou-se à fase em que tem lugar as respostas. Wagner Neto, diretor executivo da Fundação Florestal, esclareceu às dúvidas suscitadas no curso da audiência, nos seguintes termos: “Primeiro, eu tenho a incumbência técnica de fazer uma síntese, de poder dar sugestões, e essa seguramente foi, acho, a melhor audiência pública de criação de Monumento de Unidade de Conservação de que eu já participei em todos os quatro anos que eu estou à frente da Fundação Florestal, e eu acho que é possível dizer com certeza que todos os setores querem o monumento: o que nós estamos discutindo aqui é a melhor forma, é o melhor polígono e a melhor gestão para essa unidade. Então, acho que essa síntese, enfim, é essa a impressão que eu levo daqui dessa audiência pública... Obviamente eu queria fazer alguns comentários específicos, agora que eu acho importante. Primeiro agradecer às manifestação de apoio da sociedade civil, do Hamilton, Fábio, Alexandra, Rodrigo, destacar Paulo Sato, e do Márcio, que já participam de conselhos de parques geridos pela Fundação Florestal. O que eu queria destacar é que a sociedade civil se manifestou de uma forma... não só no sentido de apoio, mas essa manifestação foi no sentido de participar, isso é o mais importante, todos aqui se propuseram a participar, fazer parcerias... isso nasce muito bem... Nós temos inúmeros parques que foram mal criados, num sentido, em todos os sentidos, em que você não consegue, depois de um processo inicial errado... Isso era coisa do passado quando, enfim, nos tempos em que a coisa se fazia de cima para baixo... Hoje não é assim que se faz mais, não se consegue fazer mais isso. E daí se tem um processo muito difícil para ter uma boa unidade de conservação... Eu acho que, aqui, essa manifestação da sociedade civil é importantíssima... É, nesse sentido, uma preocupação especial com



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

relação às manifestações dos proprietários, especialmente da família Teixeira, e que tem uma característica que nunca vi, porque vocês estão preocupados em manter a preservação... Em outras situações que nós tivemos no processo de criação de UC isso também... Para o Toldi, a preocupação era não desmatar, não poder explorar de uma maneira perversa, então mesmo a preocupação, eu senti aqui na fala da D. Maria, Miriam, Fernando, enquanto a preocupação da Mônica, do Toldi, é uma preocupação com a preservação, com a preservação... O monumento estadual só tem sentido se for para isso que estamos aqui, para ser um elemento adicional com reforço, uma proposta de conservação com uma característica importantíssima, preservando os direitos de propriedade, os direitos do uso, do bom uso dos recursos naturais e dos recursos econômicos da propriedade. Quer dizer, nós temos a possibilidade e essa possibilidade está abertíssima hoje (um dos problemas que não existe na área do meio ambiente hoje, é recursos, por falta de bons projetos para fazer: recursos, tem). O MoNa é uma área de proteção integral, e isso lhe dá o direito a receber recursos de compensação ambiental. Então vou dar um exemplo fictício: todo empreendimento que tem que fazer a licença ambiental, em torno 0,5% do valor da obra tem que ser destinada à UC, e essa obra não precisa ser na área da UC quando ela é de proteção integral, então por exemplo, estão falando que vão duplicar a Rodovia dos Tamoios, estou dando como exemplo, ou isso aí pode ser destinado, e a Fernanda está aqui, que já presidiu a Câmara de Compensação Ambiental, basta você chegar lá para aplicar no quê? Em recuperação das áreas degradadas, em produção, em brigadas contra incêndios, em sinalização, em recuperação dos aspectos, especialmente, nesse caso, o fortalecimento das atividade de turismo sustentável, na reconversão da produção agrícola em bases sustentáveis – porque nós podemos plantar bananeira corretamente, não podemos criar gado corretamente, fazer isso através de protocolos, boas práticas adaptadas para uma área de conservação ambiental. O que nós não devemos nem aqui nem em lugar nenhum é fazer atividade que degrade os recursos naturais, e eu acho que ninguém aqui é a favor disso. Eu queria me dirigir ao Dr. Ricardo, e agradecer o apoio do MP, que é importantíssimo, a sua presença aqui na AP se expondo e provocando, e isso só reforça a nossa responsabilidade no sentido de fazer a melhor gestão possível, junto com a Prefeitura. Com relação ao ICMS ecológico, talvez a Fernanda possa fazer um comentário que antes dela ser Secretária Adjunta da Cultura, ela trabalhou no gabinete da Secretaria do Meio Ambiente e ela foi quem coordenou os trabalhos da nova lei ecológica, a nossa proposta é dobrar o valor... A questão dos recursos, da destinação dos recursos, não passou por um problema legal, e isso fica a cargo... é das prioridades do Município e do Prefeito. Eu acho que, no caso São Bento, vocês estão em ótimas mãos, pelo menos nos próximos dois anos, e que eu acho que vai ter essa preocupação, que aqui está o cerne da questão, eu acho que é ambiental, e nós estamos assumindo cada vez mais juntos. Eu queria só da um exemplo dessa questão de áreas de risco, do custo da não prevenção citada pelo Dr. Ricardo, e da necessidade de fazer correção de qualquer forma... Por isso, o Governo Estadual, nessa gestão... nós iniciamos, e já está bem adiantado, é o processo de recuperação da Serra do Mar, os bairros pobres de Cubatão... é um problema de um bilhão de reais, e nós estamos removendo todas as populações da área de risco, e nós estamos, sim, tem uns componentes além da remoção dos bairros, recuperação da água fria ali no rio Cubatão, nós temos doze mil habitações, projeto de doze mil habitações para vetores de pressão, e quem está chegando nas bordas do parque, obviamente será ocupação de risco; projetos de reurbanização de áreas que já estão ocupadas; tem assentamento, para evitar que se consolidem novos bairro pobre e ficando escorregando no gelo pelo resto da vida. E nada impede... Eu acho que o Ildefonso, se precisar do meu apoio, da assessoria, na segunda-feira vamos bater lá na porta do CDHU, porque agora nós temos uma UC em São Bento do Sapucaí, e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

queremos um Projeto Habitacional especial no sentido de... Enfim, agora São Bento do Sapucaí é uma cidade que tem UC, e eu queria ressaltar uma outra questão importante: é a questão colocada pelo nosso Presidente da Câmara. O grupo gestor da gestão compartilhada entre Prefeitura e Estado é três a três, paritário, e o Conselho Gestor do Monumento, ele pode ter no mínimo de doze até vinte e quatro membros – metade Estado, metade Sociedade civil. A sociedade civil faz o processo de eleição, vocês sentam e resolvem quem é que vai representar, quantos vão ser os representantes dos proprietários, quantos vão ser dos montanhistas, num processo de consenso... Obviamente que a gente coordena porque a gente já tem isso normatizado, e o Estado... Vamos sentar, vamos fazer também meio a meio, Estado e Município, acho que para refletir esse equilíbrio junto com a Sociedade Civil e o Poder Municipal, com relação a questão, de que houve em algum momento a proposta de criação de parque, eu queria dizer que consultei pessoas da fundação, e em nenhum momento isso foi considerado. Nós temos desde o primeiro momento... sempre se considerou a possibilidade de fazer um MoNa... em nenhum momento foi... Temos registro de todas as reuniões feitas na Secretaria, aqui em São Bento, na Prefeitura e a participação... Outra questão que eu faço questão de colocar, foi uma questão levantada pelo Vereador Mauro Vieira, que é a questão da preservação das raízes, da tradição, especialmente na zona rural de um município como São Bento. Isso é totalmente cabível, neste tipo de UC, é totalmente cabível, é totalmente desejável, está dentro das prioridades da Fundação Florestal fazer isso nas UC de uso sustentável. O monumento, embora seja de proteção integral, tem características de uso sustentável, e digo mais: tem muito recurso para isso. Nesse programa, pela primeira vez foi apresentado um projeto para o banco Mundial, porque são 120 milhões de dólares, Secretaria da Agricultura e junto com a SMA, do qual eu faço parte, a prioridade para aplicação desse recurso é a UC, que pressupõe a ocupação humana e zona de amortecimento em UC. Então, acredito que a gente tem uma abundância de possibilidades e aqui é o que eu sinto, é que tem uma energia extremamente positiva nesse sentido. Eu fico muito feliz, de reivindicações dos proprietários e do município, por que o município, ele não está só pedindo poder, ele está pedindo responsabilidades, e é importantíssimo a gente compartilhar a responsabilidade, para que a coisa dê certo. Só para encerrar aquela imagem em que a Célia apareceu... aquele negócio lá, meu Deus, precisaria patentear aquilo, apavora qualquer um, mas acho que nem precisava... Mas tem uma questão muito importante, eu sou de uma cidade que é um pouquinho maior que São Bento e nós recebemos duas penitenciárias, e não teve discussão; então, quando se discutir a zona de amortecimento, a penitenciária tem que ser licenciada, não é Dr.? Quer dizer aí como você tem uma UC e isso deu-se discutindo os impactos, um aterro sanitário hoje, um aterro sanitário pode vir aqui hoje... A hora que tiver uma UC aqui na zona de amortecimento, não tem discussão... e para uma UC é uma luz amarelíssima, para fazer um aterro sanitário acho que não preciso usar uma usina nuclear como exemplo para reforçar a importância da UC no Município. Então acho que assim eu saio para sempre com essa visão, acho que nós temos aqui o consenso positivo, temos inúmeros problemas para resolver, teremos provavelmente muitos recursos para resolver os nossos problemas, tudo vai depender da nossa capacidade de trabalho, da nossa criatividade, do nosso compromisso com a conservação da Pedra do Baú. Muito obrigado a todos”. Passou-se a palavra à Dra. Fernanda Bandeira, Secretária Adjunta da Secretaria da Cultura, nesta mesa representando o CONSEMA, e que se pronunciou como segue: “Boa noite a todos, é uma alegria estar aqui representando os meus pares do CONSEMA. Muito do que eu tinha para falar, mas, aliás, essa é uma das poucas reuniões em que eu fico nervosa, mas normalmente eu mais falo do que escuto, e para mim foi um aprendizado a audiência. Enfim, foi uma alegria também pelo conteúdo, pela riqueza... Tentei aqui



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

registrar tudo para não perder nenhuma fala de vocês e poder trocar idéias. Curiosamente, Germano, hoje, quando eu vinha para cá, na estrada, eu conversava com o Chefe de gabinete do CDHA: ‘e você, não vai?’ Devo dizer que acho que o CDHU precisa que o Secretário..., que em si já é uma pessoa bastante pró-ativa, bem parceiro, pois também vem da SMA. Portanto, o CDHU hoje é completamente diferente... Precisávamos... sobre equipamentos culturais lá na Serra do Mar... Então, tem bastante sinergia. A única coisa que eu vou ousar aqui, Germano, de falar não como membro do CONSEMA, mas como quem viu o funcionamento da Câmara de Compensação Ambiental nos últimos três anos, e dizer o seguinte: um município que tinha uma unidade de preservação municipal, tomou, Prefeito, a iniciativa, quando viu que aquela visitação, aquele sucesso, colocava em risco a sua riqueza, e eu estou falando da Serra de Itapetininga, de Mogi das Cruzes... fechou para balanço o seu parque municipal, fez o balanço, fez estudos que podia fazer lá em Mogi, reivindicou da Câmara de Compensação Ambiental recursos para o plano de manejo do parque, para direcionamento de áreas de pesquisa, porque eles queriam reabrir o seu parque de visitação... mais, não, mais... milhares de visitantes que na verdade comprometem, são todos bem-vindos, mas serão bem administrados, se não planejar comprometem a preservação da área, que gera essa riqueza para o Município. Eu queira dar aqui um testemunho, de município que já fez uso disso para criação de um equipamento, muito mais difícil, eles tiveram, acho que muito mais fácil ficar com o reconhecimento como Mona pelo Estado, isso agrega um pouco mais de facilidade, como o Neto já falou. E a outra questão que eu queria também relatar é essa conversa para que a gente possa unir esforços e encontrar saída diferente, que, eu acho, é o resumo dessa AP. Todas as considerações aqui são no sentido de como que equacionar as divisões para que a gente possa encontrar uma convivência harmônica com o Mona, com a preservação, que na verdade já é reconhecida pelos senhores. Saio daqui feliz com essa experiência, e pretendo fazer o meu trabalho, que é conversar com meus pares nesse sentido. O Secretário-Executivo do Consema, depois de informar que tudo havia sido registrado e seria juntado ao processo, para que os técnicos do DAIA analisassem todas as contribuições com vistas ao aprimoramento do projeto, declarou que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas e agradeceu, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, a presença de todos. Informou ainda que toda pessoa que quisesse contribuir com o aperfeiçoamento desse projeto poderia encaminhar ao CONSEMA sua contribuição, no prazo regulamentar de cinco (5) dias úteis após a realização daquela audiência, fosse através dos Correios, fosse por meio da caixa postal eletrônica consema.sp@ambiente.sp.gov.br ou ainda protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Conselho. Foram entregues durante a audiência os seguintes documentos: 1) proposta encaminhada pelo Senhor Mario Renzo Toldi; 2) carta de apoio encaminhada pela Sra Tamas Makray; e 3) manifestação encaminhada pela Senhora Mônica Simensen. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assinei a presente ata.